

CPI dos grandes devedores inicia trabalhos na Câmara

Comissão vai investigar dívidas tributárias na capital e mecanismos de recuperar créditos

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo instalou nesta quinta-feira (14) a CPI dos Grandes Devedores. A comissão foi criada para investigar débitos tributários de empresas e pessoas físicas com a capital paulista. O colegiado deve concentrar os trabalhos em dívidas relacionadas ao IPTU, ISS e outros créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa.

A comissão foi aprovada pelo plenário no fim de abril, após requerimento apresentado pelo vereador Sansão Pereira (Republicanos), autor da proposta e responsável pela presidência da CPI. Ao todo, o grupo será formado por nove vereadores, indicados de acordo com a proporcionalidade das bancadas partidárias da Casa.

Segundo a Câmara, a investigação pretende analisar o impacto das dívidas na arrecadação municipal, além de discutir possíveis mecanismos para ampliar a recuperação de créditos tributários pela Prefeitura. A expectativa é que representantes do Executivo, especialistas e empresas sejam convocados



A investigação analisa o impacto das dívidas no município

ao longo das próximas semanas para prestar esclarecimentos.

A criação da CPI ocorre após a divulgação, pela Prefeitura de São Paulo, da relação dos maiores devedores de impostos da capital paulista. O tema já vinha sendo debatido pelos vereadores desde o início do ano legislativo. Foi nesta época que os parlamentares aprovaram requerimentos solicitando acesso às informações sobre os débitos tributários que estariam acumulados no município.

O papel da CPI

As CPIs têm poderes de investigação semelhantes aos de autoridades judiciais e podem solicitar documentos, convocar testemunhas e encaminhar conclusões ao Ministério Público e a outros órgãos de controle. Na Câmara Municipal paulistana, a comissão terá um prazo determinado para concluir todos os trabalhos e apresentar um relatório final com eventuais recomendações e medidas propostas pelos parlamentares.

Greve de professores continua após aprovação de reajuste

Da Redação

A greve dos professores e servidores da rede municipal de ensino de São Paulo continua mesmo após a aprovação do reajuste salarial de 3,51% pela Câmara Municipal, na noite da quarta-feira (13). A categoria decidiu manter a paralisação por considerar insuficiente a proposta enviada pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e por discordar de pontos do projeto relacionados à carreira da educação.

O texto foi aprovado em segunda votação pelos vereadores e agora segue para sanção. A proposta prevê aumento dividido em duas etapas: 2% retroativos a maio deste ano e mais 1,48% a partir de maio de 2027. O projeto também autoriza a antecipação da segunda parcela ainda em 2026, caso haja disponibilidade financeira no orçamento.

Mesmo com a aprovação, sindicatos ligados à educação municipal mantiveram a mobilização e realizaram protestos em frente à Câmara e à sede da Prefeitura durante a sessão. Representantes das entidades afirmam que o índice não recompõe perdas salariais nos últimos anos e criticam mudanças previstas para a carreira dos profissionais da educação.

Entre os pontos contestados estão alterações envolvendo concursos públicos, evolução funcional e regras para cargos da educação infantil. As entidades avaliam que as medidas podem impactar



Sessão plenária que aprovou o aumento dos servidores

a estrutura da rede municipal e as condições de trabalho.

Durante a votação na Câmara Municipal paulistana, vereadores da base governista defenderam que o reajuste está dentro da capacidade financeira do município e afirmaram que a proposta garante reposição inflacionária. Já parlamentares da oposição criticaram o parcelamento do aumento e cobraram um índice maior para os servidores da educação.

A Prefeitura de São Paulo afirma que o reajuste segue os limites orçamentários da cidade e sustenta que o projeto busca equilibrar valorização do funcionalismo e responsabilidade fiscal. Enquanto isso, por outro lado, representantes sindicais mantêm a pressão à Prefeitura por uma nova proposta salarial e pela revisão dos pontos ligados à carreira docente.

Segunda morte da explosão no Jaguaré

Da Redação

Subiu para duas o número de mortes causadas pela explosão registrada no início da semana no bairro Jaguaré, na zona oeste da capital paulista. A segunda vítima, identificada como Francisco Altino, de 62 anos, estava internada no Hospital Regional de Osasco e morreu nesta quinta-feira (14) em decorrência dos ferimentos sofridos no acidente.

A confirmação foi feita pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, durante agenda pública na capital. Segundo o governo estadual, equipes seguem prestando apoio às famílias atingidas pela explosão, que ocorreu na última segunda-feira (11).

O acidente aconteceu durante uma obra realizada pela Sabesp na região. Segundo in-

formações divulgadas pelas autoridades, uma tubulação de gás da Comgás foi atingida, provocando um vazamento seguido de explosão. O impacto destruiu imóveis, deixou dezenas de famílias fora de casa e mobilizou equipes da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e concessionárias.

A primeira morte havia sido registrada ainda no dia da explosão. Outras duas pessoas ficaram feridas. Uma delas recebeu alta médica, enquanto outra permanece internada no Hospital das Clínicas, em estado estável.

As vistorias realizadas nos imóveis afetados seguem em andamento. De acordo com balanços atualizados pelo governo estadual, mais de 100 imóveis passaram por avaliação técnica. Parte das residências foi liberada para retorno dos moradores, mas dezenas continuam interditadas

por risco estrutural.

As casas atingidas foram classificadas em diferentes níveis de risco. Os imóveis considerados mais comprometidos permanecem isolados e só podem ser acessados com acompanhamento da Defesa Civil. Famílias removidas da área recebem hospedagem temporária em hotéis e auxílio emergencial.

O governo estadual também informou que um gabinete de crise foi criado para acompanhar os desdobramentos do caso, coordenar o atendimento às vítimas e monitorar as condições das estruturas atingidas.

As causas da explosão seguem sob investigação. A apuração deve apontar as circunstâncias do acidente e possíveis responsabilidades envolvendo a execução da obra e os protocolos de segurança adotados no local.

Comissão de Inquérito do Jardim Pantanal cobra ações ambientais

A CPI do Jardim Pantanal, instalada na Câmara Municipal de SP para investigar as enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na zona leste da capital, ouviu representantes da Fundação Florestal durante mais uma etapa das apurações sobre os impactos ambientais e urbanos na região. A comissão busca identificar fatores que contribuem para os alagamentos históricos e discutir alternativas para reduzir os danos causados pelas chuvas.

Durante a reunião, os representantes da fundação apresentaram informações sobre o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê e explicaram como o órgão atua no monitoramento e preservação ambiental da área. Os debates também abordaram ocupações irregulares, intervenções em áreas de várzea e possíveis impactos causados por alterações no

território ao longo dos anos.

Os vereadores da CPI questionaram quais medidas vêm sendo adotadas para evitar degradação ambiental em regiões próximas ao rio Tietê e cobraram integração entre órgãos estaduais e municipais para enfrentar o problema das enchentes. Integrantes da comissão de Inquérito também pediram esclarecimentos sobre licenciamentos ambientais e ações de fiscalização na área investigada.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem concentrado os trabalhos em ouvir representantes de diferentes órgãos públicos e especialistas ligados à gestão hídrica, drenagem urbana e meio ambiente. Nas últimas semanas, o colegiado recebeu integrantes da Defesa Civil, da Sabesp, da Cetesb e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.